

# TERRITÓRIO CASA COMUM

## Em busca de um processo de construção colectiva

Nuno Travasso \*

*“Esta necessidade de uma relação colectiva vivida entre um suporte topográfico e a população que ocupa a sua superfície permite-nos concluir que não há território sem imaginário do território. O território pode-se exprimir em termos estatísticos [...], mas não poderá ser reduzido ao quantitativo. Enquanto projecto, o território é semantizado. É susceptível de discurso. Tem um nome”<sup>[1]</sup>*

André Corboz

*“O território não é um dado”<sup>[2]</sup>: é um produto social, tal como nos ensinou Lefebvre<sup>[3]</sup>. Como explica Corboz<sup>[4]</sup>, o território deve ser entendido, simultaneamente, enquanto *processo, produto e projecto*. Antes de mais, porque ele resulta de um amplo conjunto de *processos* de contínua transformação, desde os lentos efeitos da erosão dos solos até à mais súbita e intensa ocupação humana. Mas esta transformação não pode ser vista como mera soma de operações físicas avulsas. Um território é o *produto* de uma multiplicidade de acções conscientes, o *produto* de uma relação de construção recíproca entre uma sociedade e o espaço que ela habita. E esta relação persegue uma contínua evolução com vista a uma melhor adequação do território às necessidades, anseios e expectativas do colectivo que o produz. Nesse sentido, o território é também um *projecto*.*

---

\* Arquitecto | [nunotravasso@gmail.com](mailto:nunotravasso@gmail.com)

1 Corboz, André – Il territorio come palinsesto, p.24.

2 *Idem, ibid.*, p.23.

3 Cf. Lefebvre, Henri – La production de l'espace.

4 Cf. Corboz, André, *op. cit.*

Importa, por isso, olhar o território enquanto artefacto social e político que se vai tecendo nos encontros e desencontros entre as acções, representações, discursos, debates, narrativas e imaginários que vão sendo produzidos colectivamente e que vão conferindo *sentido*, ou *sentidos*, à realidade.

A realidade, já se sabe, não existe em si mesma. Nas palavras de Oswald Mathias Ungers, “*a realidade é aquilo que a nossa imaginação percebe que ela é.*”<sup>51</sup> A realidade – tal como a percebemos e habitamos – é a leitura que fazemos do meio que nos envolve e através da qual lhe conferimos *sentido*. Sem esta produção de *sentido*, a realidade surgir-nos-ia como um caos incompreensível – mero amontoado de coisas, amálgama de materiais e fenómenos díspares com a qual não nos conseguiríamos relacionar, porque não encontraríamos aí nenhuma lógica que nos orientasse, nenhum significado que pudéssemos habitar.

Sobre a matéria existente, os homens constroem a sua própria ordem. É assim desde o princípio. Fazem-no transformando directamente a conformação física do espaço – abrindo clareiras na floresta para os seus assentamentos; construindo edifícios destinados aos mais variados fins; rasgando caminhos, ruas e estradas; arroteando terras, redesenhando-as com muros e socacos, dominando as águas que irrigam os terrenos férteis. Mas fazem-no também criando novas narrativas – os mitos, as lendas e as religiões, tal como os romances, os guias turísticos e a legislação, oferecem ao espaço novos significados, fazendo com que cada elemento físico ou acontecimento passe a fazer parte de uma ordem superior, redigida segundo as lógicas próprias dos homens, conferindo-lhe *sentido*. Não habitamos apenas as coisas físicas. Habitamos sobretudo representações.

---

51 Ungers, Oswald Mathias – *Morphologie: City Metaphors*, p.11.



**Figura 1**

*Eu sou o rio Pelhe.*

Fonte: Um vale com vida

A representação que aqui se reproduz é de um aluno do 4º ano da Escola Básica nº1 de Igreja – Vale S. Cosme, V.N. Famalicão, a quem foi pedido, em 2007, que desenhasse o rio Pelhe, rio que, desde 2012, cruza o Parque da Devesa, lugar deste ciclo de conferências.

No desenho é possível identificar três discursos paralelos. O primeiro discurso reproduz códigos pré-formatados e culturalmente construídos que são transmitidos à criança através dos meios de comunicação social, dos pais, dos professores. São estes códigos que aqui determinam a representação das casas, prédios e fábricas, tal como modelam a paisagem estereotipada – fundo verde contínuo e abstracto, céu azul com nuvem e sol, montanhas de cume nevado – que nada tem a ver com o contexto famalicense. O segundo discurso é o da própria professora, sintetizado no texto que acompanha os

desenhos<sup>[6]</sup>. Aí indica-se a localização da nascente do rio, assim como os nomes das freguesias que ele atravessa; informa-se que o rio Pelhe se une ao rio Ave em Lousado, sem que no entanto se explique a diferença de dimensão e hierarquia entre os dois cursos de água, nem se descreva o percurso do Ave entre Lousado e Vila do Conde. O texto refere ainda a Têxtil Manuel Gonçalves enquanto “*fábrica lançando os seus lixos*” para o rio, informação, provavelmente, resultante da mesma de ideias preconcebidas – uma vez que os efluentes da dita unidade industrial seriam, já à data, descarregados na rede do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave, após pré-tratamento em estação própria<sup>[7]</sup> – mas que o aluno tomou por verdadeira. O terceiro discurso corresponde à experiência própria da criança, que a leva a associar S. Martinho a um núcleo de edifícios de habitação colectiva, e a ter como principais referências o Hospital da Trofa e o McDonalds de V.N. Famalicão, os quais, por sinédoque, representam os próprios aglomerados urbanos.

Assim é, neste caso, como em todos os outros: a nossa percepção da realidade é uma construção mental complexa que resulta da síntese de múltiplos discursos<sup>[8]</sup>. Assenta essencialmente nas nossas práticas quotidianas, no modo como percorremos e usamos espaços e objectos. No entanto, estes comportamentos são, em grande medida, socialmente determinados por regras e códigos de conduta, uns implícitos, outros explícitos. A experiência dos espaços é também conformada pelos muitos dispositivos sociotécnicos que a medeiam – desde uns simples óculos ou pára-brisas do automóvel em movimento, até à televisão que nos traz imagens de paragens distantes, passando pelo telemóvel ou pelo GPS que nos oferecem informações adicionais e outros modos de leitura sobre os espaços que atravessamos. A tudo isto será necessário somar a relação que cada um de nós estabelece com cada lugar, alimentada por rotinas diárias, interações sociais,

6 Fonte: Um vale com vida – História do rio Pelhe.

7 Esta suposição decorre da Licença Ambiental nº8/2004, de 9 de Junho concedida à empresa Têxtil Manuel Gonçalves, S.A., e ao facto de não terem sido encontradas notícias de queixas ou contraordenações relativas ao seu incumprimento.

8 Sobre os mecanismos de percepção do espaço e produção de sentido, ver, entre outros, Otto F. Bollnow – *Hombre y espacio*; Kevin Lynch – *A imagem da cidade*; Henri Lefebvre – *La production de l’espace*; Kevin Lynch – *A boa forma da cidade*; Michel Certeau – *The practice of everyday life*.

sentimentos de pertença e memórias individuais; tal como será necessário somar as múltiplas representações visuais, sociais e simbólicas a que fomos expostos, referentes aos diferentes ambientes e contextos, que nos servem de filtro e grelha de leitura dos espaços experienciados.

Percebe-se então que, tal como propõe Julian Petrin<sup>[9]</sup>, o espaço possa ser entendido enquanto construção baseada em dois pólos: por um lado, o objecto físico concreto e, por outro lado, um *espaço imaterial* que corresponde à imagem mental criada pelo sujeito. Daí poder concluir-se que a transformação do espaço urbano se pode fazer não só através da intervenção directa na realidade material, mas também agindo junto do observador, modelando o modo como o espaço é percebido e concebido.



Esta natureza compósita da percepção torna-se evidente quando pensamos numa casa. Uma casa é mais do que o conjunto de materiais que a compõem, muito mais do que o sistema organizado de paredes, chão, tecto, portas, janelas, camas, sofás, mesas, cadeiras. A casa – a nossa casa, tal como a habitamos – é, antes de mais, o nosso espaço, o nosso domínio. É o lugar ao qual recolhemos no fim de cada dia para repousar; o espaço onde nos sentimos seguros, protegidos dos humores do clima e das pressões do exterior público; é onde nos sentimos à (nossa) vontade.

A casa é também o domínio da família, do grupo de pessoas que aí habita em conjunto. E é a série de regras e protocolos que permitem que esse grupo conviva sem grandes conflitos: os lugares marcados no sofá, os horários das refeições, a negociação do comando do televisor.

A casa será ainda o espaço da construção e representação desse colectivo. Decisões tão difíceis quanto a selecção do local onde habitar, ou a definição da imagem exterior pretendida para uma nova casa a construir, ou decisões tão simples quanto a escolha de um novo tapete ou televisor para a sala de estar, são momentos de negociação, não só dos gostos, hábitos e práticas quotidianas da família,

9 Cf. Petrin, Julian – *Stimulating the second space*.

mas também do modo como ela se vê a si mesma e do modo como se deseja apresentar aos outros. O constante processo de construção da casa será, então, plataforma de negociação da identidade do colectivo que a habita e da sua representação.

O mesmo se aplica ao território – se bem que estes saltos de escala não se possam fazer de modo directo ou linear. Tal como na casa, também um território não corresponde exclusivamente ao espaço físico (à matéria concreta) a que está associado. Por definição, território é uma área definida por uma determinada ordem ou domínio – o território de um animal, o território de um país ou município, o território de actuação de uma empresa ou instituição. Daí que um território seja, antes de mais, a leitura de um espaço feita a partir dessa ordem e do modo como ela estabelece limites, hierarquias e poderes, grupos, relações e identidades. Territórios são, portanto, representações.

São essas representações que estabelecem os protocolos que nos permitem conviver pacificamente e mediar os conflitos sempre existentes. A legislação – que estabelece as regras de convivência e os mecanismos de mediação de conflitos – é, ela mesma, uma representação partilhada daquilo que determinada sociedade pensa que o seu espaço é, e daquilo que ele deveria ser, daquilo que uma sociedade pensa que ela mesma é, e daquilo que ela pensa que deveria ser.

À semelhança da casa, também no território estas representações corresponderão, em grande medida, ao modo como um determinado colectivo – o grupo daqueles que habitam esse território e se sentem fazer parte dele – se vê a si mesmo, como se pretende apresentar ao outro, e como imagina o seu futuro. A representação de um território pode definir, assim, um projecto de futuro partilhado capaz de guiar e dar coerência à acção de todos aqueles que, diariamente, participam na sua construção.



**Figura 2**

Ocupação difusa no Vale do Ave.

Foto: Nuno Travasso

Na *cidade continuada* do Vale do Ave<sup>[10]</sup> – território marcado por um povoamento difuso que se estende de modo contínuo por vastas áreas sem limites perceptíveis<sup>[11]</sup> – tais representações parecem ser

- 10 No seu livro *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* de 1762, afirma João Baptista de Castro a propósito da província de Entre-Douro-e-Minho: “*he mais a gente, que a terra, onde não há parte alguma, em que se não ouça tanger algum sino, e cantar hum galo. Parece toda a Província huma Cidade continuada*” (p. 48). O termo *cidade continuada* é retirado deste texto e usado como imagem descritora deste território, procurando nomeá-lo. Oferece-se, assim, a esta realidade uma imagem positiva, que visa superar as dicotomias cidade-urbano, urbano-rural, centro-periferia, ao mesmo tempo que radica este modelo de ocupação numa geneologia de tempo longo, afastando-a de um discurso que a associa apenas à explosão imobiliária das últimas décadas (e a todas as críticas relacionadas com tal processo). A *cidade continuada* não é resultado de um processo recente de expansão urbana e de subversão de um qualquer equilíbrio que a precedesse. É um modelo de ocupação característico deste território, e é-o há muitos séculos, ainda que alvo de profundas transformações ao longo desse tempo.
- 11 Em Portugal, a urbanização extensiva, e muito em particular o caso do Médio Ave, tem sido alvo de contínuo estudo desde 1982, recebendo contributos de diferentes

frágeis: parecem faltar leituras partilhadas sobre o que estes territórios são, parecem faltar objectivos e projectos de futuro comuns, parece faltar o reconhecimento de uma qualquer identidade política. Face a um discurso público que se foi polarizando entre a “cidade histórica” e a “aldeia típica”, ou face a um discurso disciplinar circunscrito a uma série de modelos urbanos pré-formatados que lhe servem de referência, as representações relacionadas com a ocupação difusa parecem estar ausentes; ou então, quando surgem, fazem-se pela negativa: nem cidade nem campo, nem rural nem urbano, uma espécie de *não-coisa* da qual se insiste em sublinhar os desvios e perdas face aos supostos modelos urbanos ideais<sup>12]</sup>.

Thomas Sieverts sustenta que estes territórios se têm mantido no domínio do não-estético<sup>13]</sup>. São analisados quantitativamente – na sua demografia, tráfego, desempenho económico, etc. – mas não são olhados nas suas qualidades estéticas e formais, nas sensações que transmitem a quem os percorre, nas estruturas e padrões que definem ou no modo como estes podem guiar a leitura que fazemos destes espaços. Sobretudo não se procura perceber como estas qualidades se encontram profundamente relacionadas com as lógicas que, ao longo dos tempos, as foram modelando; como estas qualidades

---

disciplinas, tanto no campo teórico (Magalhães, Madelena Allegro – A Pluriactividade no Vale do Ave, 1984; Marques, Teresa Sá – Caracterização da situação da habitação no concelho de Guimarães, 1985; Portas, Nuno – Modelo territorial e intervenção no Médio Ave, 1986; Domingues, Álvaro – Economia e espaço rural, 1986; Sá, Manuel Fernandes de – O Médio Ave, 1986; Babo António, Sá, Manuel Fernandes de – Planear na Região Norte: Homogenias e especificidades, 1986; Oliveira, Maria Manuel – Sobre uma experiência de planeamento e gestão urbanística em território de assentamento disperso, 1986; Domingues, Álvaro, Marques, Teresa Sá – Produção industrial, reprodução social e território: Materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave, 1987; Ferreira, Elisa – Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, 1988; etc.) como no domínio da prática com o desenvolvimento de vários planos municipais e intermunicipais, nomeadamente os coordenados por Nuno Portas e Manuel Fernandes de Sá. Esta investigação foi pioneira na cena internacional, acompanhando, em particular, o debate originado em Itália e liderado por autores como Bernardo Secchi ou Francesco Indovina.

Sendo certo que há ainda muito por estudar, a informação produzida sobre este tema é hoje vasta. A questão que aqui se coloca não é, por isso, a de falta de conhecimento no âmbito académico, mas sim, a necessidade de ampliar este debate aos actores que quotidianamente participam na transformação deste território.

12 Cf. Domingues, Álvaro – Transgênicos.

13 Cf. Sieverts, Thomas – Cities without cities, p.93 e ss.



são a expressão física dos princípios de organização e dos modos de habitar de quem aí reside. É que é exactamente esta relação – ou melhor, a inteligibilidade desta relação – que, segundo Kevin Lynch, confere *sentido* aos espaços<sup>[14]</sup>.

Tal falta de atenção às qualidades próprias desta *cidade continuada* faz com que se torne difícil encontrar critérios para a sua transformação: princípios que dirijam o desenho de cada operação, lógicas que orientem o planeamento, regulação e gestão do conjunto das acções. É difícil estabelecer regras de intervenção e objectivos a perseguir para um território que parece não conseguir entrar na nossa cultura colectiva ou no debate político, porque surge sempre como entidade demasiado abstracta ou fragmentada.

A fragilidade na representação deste território torna-se evidente nos mais simples processos de urbanização. Analisando os processos de licenciamento de operações de urbanização correntes<sup>[15]</sup>, percebe-se a falta de coincidência existente entre as leituras que os diferentes intervenientes – técnicos municipais, promotores imobiliários, moradores, etc. – fazem de uma mesma área. Grande parte das vezes, não há qualquer consenso sobre o que entendem ser o espaço no qual actuam e sobre o que pretendem que ele venha a ser; não há um entendimento mínimo que permita estabelecer os termos para um debate entre os actores envolvidos. Assim, a transformação destes territórios tende a ser guiada por regulamentos e modelos de intervenção genéricos, alheios ao contexto desta *cidade continuada* e indiferentes às necessidades, anseios e expectativas dos seus habitantes. Algo que tem contribuído para aumentar a incoerência, fragmentação e disfuncionalidade destas estruturas urbanas.

---

14 Cf. Lynch, Kevin – A boa forma da cidade.

15 Refere-se aqui uma análise sistemática, em curso, de processos de licenciamento de loteamentos urbanos localizados no Concelho de Vila Nova de Famalicão, enquadrada na investigação de doutoramento do autor do presente artigo. Partindo de uma primeira selecção de 32 áreas-amostra foram identificados e categorizados 376 loteamentos. Procede-se agora à leitura e análise pormenorizada dos processos de licenciamento de algumas dessas áreas-amostra, tendo até ao momento sido estudados 41 processos.

Perante este cenário, considera-se ser necessária a construção de novas representações em torno desta *cidade continuada*: narrativas capazes de conferir *sentido* à multiplicidade de elementos e espaços que a compõem, imaginários capazes de mediar a relação entre os espaços e aqueles que os percorrem e habitam.

Tal necessidade é ainda mais premente hoje, num momento em que a tradição do planeamento moderno se dissolve definitivamente – seja porque a administração pública não dispõe já dos meios necessários para assegurar a execução dos seus planos; seja porque os princípios de previsão e de bem-comum em que tais planos assentavam se mostraram incapazes de lidar com a incerteza que caracteriza os processos de urbanização contemporâneos e com a multiplicação de interesses legítimos neles envolvidos. O planeamento e a produção do espaço urbano são, cada vez mais, processos resultantes das inúmeras acções de múltiplos agentes distintos que importa coordenar. Daí a importância da criação de condições para o debate entre os vários intervenientes.

Nas últimas décadas tem-se assistido à emergência das ideias de planeamento colaborativo. Procuram-se processos de carácter inclusivo capazes de envolver diversos actores nas tomadas de decisão, bem como no próprio desenho das soluções a adoptar. Em vez de surgir como entidade decisora que define o futuro do espaço urbano, a administração pública surgiria aqui como mais um entre muitos agentes, assumindo os papéis de facilitador, mediador, moderador<sup>[16]</sup> e – em particular num momento de recursos escassos e dinâmicas de investimento limitadas – de mobilizador<sup>[17]</sup>. São processos complexos, pouco testados e para os quais não há fórmulas predeterminadas, que desafiam os modelos de organização das instituições, as culturas de acção dos vários agentes e os próprios hábitos da popu-

---

16 Cf. Forester, John – Editorial.

17 Boeri defende que num momento em que as entidades públicas não são já capazes de garantir elas mesmas os necessários recursos urbanos – não só por falta de meios próprios, mas também porque não sabem já aquilo de que os cidadãos que representam realmente necessitam, tal como desconhecem as respostas já instaladas no terreno pela sociedade civil – a principal tarefa das autoridades locais deveria ser “organizar a procura e mobilizar a oferta”. Boeri, Stefano – Fare di Più con Meno, p. 59.

lação na sua relação com o poder e com o território. Mas é caminho que importa percorrer.

Entre a procura de um processo de planeamento assente no diálogo entre todos os actores disponíveis com vista à construção de um consenso, por um lado, e um processo baseado na negociação entre um número limitado de agentes que se assumem como antagonistas e que procuram apenas defender os seus interesses particulares, por outro lado, tem ganho força o entendimento do planeamento enquanto processo de carácter agonista<sup>18</sup>. Esta visão segue as ideias de Chantal Mouffe<sup>19</sup> que vê o conflito como positivo e como única força capaz de construir um domínio público realmente inclusivo.

Face à multiplicação de interesses legítimos e de visões do mundo, a construção de um real consenso é objectivo inviável. O planeamento agonista assume-se como um processo de gestão de conflitos, no qual os diferentes actores podem chegar a consensos ou compromissos delimitados em torno de determinados temas, e respeitosamente concordar em discordar sobre outros tantos assuntos. Este debate não se pode, no entanto, limitar a uma mera negociação de carácter mercantil entre interesses ou objectivos particulares predeterminados, na qual não haja sequer a procura de cada uma das partes em reconhecer os valores, causas e objectivos das outras, como ponto de partida para a discussão. Exige-se um debate sério e profundo que terá de assentar, desde logo, no esforço de cada um para compreender a posição do outro – nem que seja apenas para que ambos tenham um entendimento partilhado sobre aquilo a que não se chegou a acordo.

A promoção de um tal debate não é tarefa simples. Tal como foi possível confirmar pela já referida análise de processos de licenciamento, diferentes actores carregam diferentes mundividências e diferentes entendimentos da realidade que os envolve. Torna-se por isso necessário o estabelecimento de uma linguagem partilhada que viabilize a comunicação, uma arena comum que sirva de suporte ao debate.

---

18 Cf. Hillier, Jean – ‘Agon’izing over consensus: why habermasian ideals cannot be ‘real’; Pløger, John – Strife: urban planning and agonism; Bäcklund, Pia, Mäntysalo Raine – Agonism and institutional ambiguity.

19 Cf. Mouffe, Chantal – The Democratic Paradox.

Mäntysalo, Balducci e Kangasoja<sup>[20]</sup> estudam os mecanismos de criação destas *zonas de transacção* entre diferentes sistemas de entendimento, no âmbito do planeamento urbano. Seguindo Peter Galison, estabelecem um paralelo com o que se verifica nos trabalhos de investigação transdisciplinar, em que cientistas, de diferentes disciplinas – com *corpus* de conhecimento, ferramentas conceptuais e culturas de actuação perfeitamente definidas mas distintas entre si – se vêem obrigados a encontrar uma linguagem partilhada. São *linguagens de troca* em grande medida conjunturais – correspondem a um determinado sistema de actores e uma circunstância e problema específicos – que não suportam o mesmo nível de profundidade e precisão dos discursos disciplinares de origem, oferecendo descrições *estreitas* mas suficientes para a comunicação necessária.

Tal como sublinham os autores, estas linguagens constroem-se por sedimentação ao longo de uma prolongada interacção entre os grupos envolvidos. A construção de uma *zona de transacção* será, por isso, sempre o resultado de uma acção colectiva: um diálogo que se pretende longo, continuado e aberto, que explore livremente e em toda a sua complexidade os problemas sobre os quais se debruça, e que promova a partilha das leituras e posições de cada interveniente, em busca de novos pontos-de-vista. Diálogo entendido enquanto processo que visa a “*criação de condições suficientes de compreensão mútua*”<sup>[21]</sup> entre os actores envolvidos; que visa, portanto, a criação das condições necessárias à viabilização do debate e do desenho de novos compromissos<sup>[22]</sup>.

Patsy Healey defende que, no âmbito de processos de planeamento urbano, a formação destas *zonas de transacção* deverá fazer-se essen-

20 Mäntysalo, Raine, Balducci, Alessandro, Kangasoja, Jonna – Planning as agonistic communication in a trading zone.

21 *Idem, ibid.* p.264

22 Mäntysalo, Balducci e Kangasoja insistem na distinção entre *debate* (*discussion*) e *diálogo* (*dialogue*). Se no primeiro os diferentes pontos de vista são apresentados e defendidos, no segundo os vários pontos de vista são apresentados como meio para a descoberta de novos olhares. Assim, enquanto o *debate* visa a defesa de interesses e a tomada de decisões, o *diálogo* é entendido como instrumento criador destinado à “*exploração de temas complexos*”, à “*transformação de visões confusas e conflituantes em algo racional e com sentido*” e à “*formação de heurísticas partilhadas*”; ressalvando-se que tais leituras racionais e heurísticas partilhadas não correspondem necessariamente a consensos ou acordos. Cf. op. cit. p. 264.

cialmente através da construção de *concepções de lugar e de território*<sup>[23]</sup>: leituras partilhadas do que se entenda ser o território sobre o qual os intervenientes deliberam e actuam, leituras capazes de “*mobilizar, coordenar e inspirar*”<sup>[24]</sup> as acções de todos aqueles que diariamente participam na sua transformação. Algo que não se pode alcançar por via de uma mera descrição técnica das características biofísicas e morfológicas dos espaços, nem de uma análise dos usos e práticas quotidianas medidas exclusivamente pela acumulação de dados quantitativos, porque estas serão incapazes de transmitir uma qualquer leitura qualitativa dos espaços que integre dimensões de *sentido*, identidade e pertença construídos na relação continuada entre um colectivo e os espaços que ele habita e produz – dimensões estas que, no entanto, tantas vezes povoam outros campos de produção como a literatura, o cinema ou a fotografia. Healey fala então da necessidade de “*reimaginar e reinventar imagens de lugar, espaço e território*” como meio de “*explorar significados e identidades, assim como interconexões e relações*”<sup>[25]</sup>.

De facto, tal como explica Giuseppe Guida o carácter indefinido das imagens – assente em significações parciais que abrem espaço a diferentes entendimentos –, assim como o seu carácter figurativo que estabelece uma relação directa entre fenómenos complexos ou abstractos e uma figura concreta facilmente apreensível, fazem com que as *imagens* surjam como instrumentos privilegiados no estabelecimento de *zonas de transacção*, dado facilitarem “*o diálogo horizontal e vertical entre os actores em jogo nos processos de planeamento, estruturando uma ‘visão comum’ necessária tanto à descrição como à acção em realidades complexas*”<sup>[26]</sup>. Mas, na verdade – e ainda seguindo Guida – o seu papel é aqui bem mais determinante: as *imagens*, tanto visuais como literárias, são especialmente poderosas enquanto instrumentos de apreensão de fenómenos complexos, incertos e instáveis. Ao mesmo tempo que se tratam de sínteses parciais formuladas a partir de características particulares, oferecem uma leitura performa-

23 Cf. Healey, Patsy – Spatial Planning as a Mediator for Regional Governance.

24 *Idem, ibid.* p. 17.

25 *Idem, ibid.* p. 16.

26 Guida, Giuseppe – Immaginare città, p.45

tiva e fértil dos fenómenos na sua totalidade. Mais do que descrições fragmentárias, oferecem hipóteses de interpretação da realidade<sup>[27]</sup>.

Desta forma, as *imagens de território* actuam sobre a realidade, transformando-a. Desde logo, porque modelam o modo como ela é percebida por quem a habita e percorre; mas também porque essa percepção vai influenciar o modo como os vários agentes intervêm nessa realidade, o modo como eles alteram e conformam a sua matéria física<sup>[28]</sup>.

E se pretendermos que tais *imagens do território* correspondam, de facto, à forma como as populações o entendem e habitam, se pretendermos que elas sejam por isso amplamente partilhadas pelos diferentes actores e possam, por essa via, guiar activamente a transformação do espaço urbano por eles levada a cabo, então essas *imagens* não podem resultar nem da importação de modelos externos, nem da

---

27 Giuseppe Guida estuda o modo como determinadas imagens de território – como as ideias de *cidade difusa* proposta por Francesco Indovina, ou *Terrain Vague* de Ignasi Solà-Morales – ofereceram novos modos de olhar os territórios da ocupação extensiva, fazendo avançar o conhecimento urbanístico e transformando a relação de populações e agentes com esses territórios. À imagem de Mäntysalo, Balducci e Kangasoja, também Guida estabelece um paralelismo com a comunicação no seio das ciências naturais, explicando que a criação de metáforas e imagens ajudam na comunicação entre distintas áreas disciplinares, tal como são úteis em momentos de crise de paradigma. Neste aspecto, refere Lorena Preta para reforçar “*o carácter ‘fundador’ das metáforas e das imagens mesmo nos processos de construção de muitas ciências duras. Sobretudo nos momentos iniciais do nascimento das teorias científicas, ou nos momentos de crise e de alteração de paradigma.*” (p. 42) Isto é algo que nos importa, considerando que a emergência da investigação em torno dos territórios da urbanização extensiva a que assistimos nas últimas décadas correspondem, em grande medida, a uma alteração de paradigma no campo do urbanismo. É também com base no paralelismo com as ciências, que o autor sublinha que estas imagens, mais do que descrições, oferecem “*uma hipótese de interpretação do mundo e um projecto de acção sobre a realidade*” (Lorena Preta cit. Guida, op. cit. p. 42), sublinhando, por isso, o seu carácter propositivo, operativo, transformador.

28 No mesmo sentido, afirma Giuseppe Dematteis: “*À primeira vista, poderia parecer que [...] apenas a arquitectura é capaz de transformar os lugares. Mas as coisas não são assim tão simples. Os lugares não se resumem à sua realidade física; são também entidades construídas e experienciadas enquanto símbolos pelos seus habitantes e visitantes: Paris, Londres, Florença, San Remo, etc. seriam certamente diferentes sem Zola, Dickens, Pratolini, Calvino, etc. [...] Seria, no entanto, enganador considerar que os textos literários operam apenas num nível simbólico [...] as representações simbólicas são potencialmente performativas, o que quer dizer que são capazes de actuar sobre a forma física dos lugares.*” Dematteis, Giuseppe – Geography, poetics and architecture in the construction of places, p. 305.

soma de conclusões tecnocientíficas, nem da decisão dos poderes políticos. Elas terão de emergir de um processo de construção colectiva: uma vez mais, um diálogo abrangente aberto e contínuo, envolvendo os intervenientes no processo de urbanização, os habitantes e todos os que sentirem legitimidade e razões para nele participar.

Este será um diálogo que não pode ansiar por chegar a uma qualquer identidade consensual ou leitura unânime. A definição de identidades singulares contraria a diversidade que os territórios encerram, torna-se excludente e opressiva para quem nela não se reveja, e inviabiliza qualquer evolução futura. O processo deve ser capaz de integrar a multiplicidade de posições e interesses em presença, e de dar visibilidade aos conflitos latentes. Deve também ser capaz de esboçar estruturas identitárias abertas e flexíveis que aceitem e promovam uma constante evolução e reinvenção ao longo do tempo. Assim são os lugares: significados ou modos de apropriação diferentemente vividos pela diversidade dos indivíduos e grupos; expressões de funcionalidades e formas em permanente mutação.

E será também através deste contínuo processo de diálogo exploratório e criador que os indivíduos e instituições que nele se vão envolvendo – aqueles que, de alguma forma, se sentem fazer parte deste território – se vão começando a reconhecer a si mesmos enquanto grupo, e se vão definindo enquanto entidade política que organiza a decisão. Tal como se viu acerca da casa, também aqui, ao mesmo tempo que negociam representações do território no qual habitam, estarão a negociar os seus traços identitários, os vínculos e laços de pertença que estabelecem, o modo como se querem apresentar e representar, os seus objectivos futuros, os seus projectos comuns. Neste sentido, o processo de invenção e difusão de imaginários de um território será também o processo de definição do colectivo que nele habita – será a construção de uma *casa comum*.



É um diálogo assim – abrangente e aberto, exploratório e criador, activo e contínuo – que se entende ser necessário por terras difusas do Vale do Ave. Um diálogo que parta em busca de novas leituras e imaginários em torno desta *cidade continuada*, que possam alimen-

tar a relação que habitantes e visitantes estabelecem ela, e possam ser suporte para a formação de novas identidades. Um diálogo que vise determinar o que há de comum neste território: quais os temas sobre os quais importa deliberar colectivamente, como se organizam em torno deles as diferentes posições e interesses, quais os objetivos a estabelecer e como fundamentar e legitimar essas escolhas. Um diálogo que seja dispositivo de formação de um colectivo que se reconheça a si mesmo enquanto entidade política e assuma a responsabilidade de desenhar o seu próprio futuro. Assim se modelam realidades.

O projecto *Território: Casa Comum* – resultado da parceria da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão com o grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território do Centro de Estudos em Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto<sup>[29]</sup> – nasceu da vontade de fomentar e animar esse diálogo. Como é evidente não se trata aqui de promover um qualquer início ou estabelecer uma qualquer conclusão para tão amplo e múltiplo processo de construção colectiva. Tanto pela reconfiguração do seu espaço físico como pela criação de narrativas que lhe conferem *sentido*, este território, como todos, é entidade em permanente construção. É-o desde o início e assim permanecerá. Com o projecto *Território: Casa Comum* procura-se apenas dar mais um passo neste percurso, participar nele, dinamizá-lo.

O projecto teve como elemento central uma exposição destinada ao grande público<sup>[30]</sup>, com a qual se procurou dar a ver este território: mostrar que ele tem lógicas, princípios, nexos que lhe são próprios, evidenciar algumas das suas qualidades características, chamar a atenção para os materiais e relações que o compõem, assim como para os processos e actores que o produzem.

---

29 Projecto encomendado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão ao grupo de investigação MDT-CEAU-FAUP, desenvolvido sob coordenação científica de Álvaro Domingues e Nuno Travasso.

30 A exposição *Território: Casa Comum* esteve em exibição na Casa do Território, em Vila Nova de Famalicão, entre Julho 2015 e Fevereiro 2016. Para mais informações sobre a exposição e o projecto, consultar o catálogo Domingues, Álvaro, Travasso, Nuno – Território: Casa Comum.





**Figura 3**

Exposição Território: Casa Comum.

Foto: Alexandre Delmar.

A exposição iniciava-se por uma parte introdutória onde se apresentava o projecto, as suas motivações e objectivos, e onde se ensaiava uma representação possível da paisagem desta *cidade continuada* – uma representação feita de múltiplas fotografias, palavras e conexões numa composição em nuvem, com a qual se procurava sublinhar, desde o começo, a complexidade e diversidade deste território, assim como o carácter hipertextual, tanto do seu modo de produção como da forma como o percorremos, lemos e percebemos<sup>[31]</sup>.

31 Contrapondo-se à clássica comparação entre *espaço urbano* e *texto*, apresentada por autores como Kevin Lynch e Certeau, tem sido proposta por vários autores o paralelismo entre *território* e *hipertexto* (Corboz, André – La Suisse comme hyperville; Kolb, David – Sprawling places; Gausa, Manuel – Open: Espacio, tiempo, información; Domingues, Álvaro – Nem lugar nem não-lugar). Aqui, o *sentido* não se produz por meio de uma leitura linear do espaço feita durante o acto de o percorrer. O espaço não é já entendido enquanto entidade contínua e delimitada. É espaço relacional, que se organiza em rede. A produção do seu *sentido* faz-se pelo modo como o sujeito vai conectando, nas suas práticas quotidianas, diferentes fragmentos

Ainda nesta primeira parte, uma cartografia da edificação de toda a região que acompanhava os 12m da rampa de acesso ao espaço central da sala de exposições tornava claro que a ocupação deste território se afasta radicalmente de qualquer imagem que se aproxime daquela que nos é transmitida pelos tradicionais mapas de estradas e por tantas outras cartografias onde os núcleos urbanos são representados por círculos ligados por linhas que representam a rede viária, tudo sobre uma mancha verde abstracta que corresponderia a uma qualquer ideia de campo. Ao contrário, aqui, a edificação espalha-se de modo contínuo e difuso por toda a área numa mistura de tempos, usos e formas. Não é possível identificar os limites dos diferentes núcleos urbanos, tal como não é possível encontrar distinção entre cidade e campo, urbano e rural.

A segunda parte da exposição era de âmbito analítico. Depois de um enquadramento da região em estudo no sistema urbano extensivo, mais alargado, do Noroeste nacional, apresentavam-se duas análises paralelas. De um lado, uma análise morfológica, na qual um tramo do vale do rio Pele era dissecado, apresentando-se uma mesma área representada em seis mapas temáticos, cada um deles procurando evidenciar lógicas parciais capazes de explicar a conformação de um espaço que, à partida, pareceria demasiado complexa para ser inteligível. Sobre cada um dos mapas, três fotografias mostravam como esses mesmos temas aparecem aos olhos de quem, diariamente, percorre esses mesmos lugares. Do outro lado, quatro caixas contavam quatro *histórias do território*, através das quais se procurou olhar para o complexo entramado de dinâmicas, processos, actores e conflitos que estão por trás da produção destes espaços. Por fim, uma última peça cartográfica ensaiava uma síntese procurando evidenciar estruturas morfológicas de grande escala legíveis na paisagem, – que têm na sua base a sucessão de vales paralelos que organiza toda esta região – ao mesmo tempo que sobrepunha às formas do espaço urbano os resultados quantificáveis dos processos que aí têm lugar. A isto somavam-se ainda os *postais do território*, oferecendo 50

---

(físicos e virtuais) do território, à partida sem qualquer relação óbvia entre si e que passam a fazer parte de um mesmo sistema pela acção do próprio sujeito; do mesmo modo que a leitura no ambiente hipertextual da internet não se faz de modo linear, mas pelas constantes ligações entre lexias seleccionadas e provocadas pelo leitor.

pontos-de-vista adicionais sobre este território que todos os visitantes poderiam levar para suas casas.

Com estas análises não se procurou fornecer uma qualquer descrição completa, fechada ou unívoca. São olhares parciais, chaves de leitura que visam espoletar o diálogo. Por isso, a terceira e última parte da exposição oferecia um espaço dedicado a este diálogo. Um espaço de produção, onde todos eram convidados a sentar-se, conversar, debater, escrever, desenhar, pintar, recortar, colar, cartografar, representar o que é para si este território e aquilo que deveria ser. Os contributos foram sendo afixados nos painéis, inicialmente vazios, que conformavam esta última sala e que, dessa forma, se foram assumindo como uma extensão da exposição e como lugar de expressão e contraposição de diferentes leituras e projectos para esta *cidade continuada*. Obra aberta, tal como o próprio território.

Como meio de alargar e alimentar o diálogo que aqui se pretendeu promover, criou-se um intenso programa de acções, chamando e envolvendo as populações na discussão sobre o seu território. Um dia por mês, o ciclo *Passeio e Conversa* propunha uma excursão temática comentada por terras do Médio Ave, contactando directamente com os seus lugares e actores, seguindo-se uma conversa pública entre alguns dos mais relevantes agentes e especialistas sobre o tema em análise. Na mesma linha, promoveram-se oficinas de discussão e cartografia crítica com diferentes grupos de técnicos, estudantes, associações locais e residentes. Aqui procurou-se cartografar e partilhar práticas e vivências quotidianas dos espaços, assim como as memórias, os modos de ler e os imaginários que cada um associa aos lugares onde habita e actua. Procurou-se também discutir e representar quais os valores que é possível identificar nestes espaços, quais os conflitos neles presentes, quais as necessidades, anseios e expectativas das suas populações. A última peça do projecto foi uma conferência<sup>[32]</sup>, um dia de intensa troca de ideias, onde vários autores de referência de diferentes áreas disciplinares se juntaram para pensa-

32 A conferência *Território: Casa Comum* teve lugar no auditório da Fundação Cupertino de Miranda a 20 de Fevereiro de 2016 e contou com a intervenção de José Pacheco Pereira, Gonçalo M. Tavares, Álvaro Domingues, João Ferrão, António Figueiredo, Francisca Magalhães, Eduardo Brito, Pablo Gallego Picard, Teresa Calix, Marta Labastida, Helena Amaro e Nuno Travasso.

rem esta *cidade continuada* e o que com ela se pode aprender: quais os modos de a olhar e representar?, quais as formas de a planear e gerir?, como pode ser ela imaginada, inventada? Todos os resultados deste processo de produção colectiva serão agora compilados e publicados, devolvendo-os, assim, à população local, como meio de alimentar e incentivar a continuação do diálogo.



**Figura 3**

Oficina de discussão e cartografia crítica com grupo de técnicos da Divisão de Ordenamento do Território e Projecto Urbano da CM-VNF. Fotografia Alexandre Delmar.

Foi mais um passo, que permitiu cruzar residentes, técnicos municipais, decisores políticos, agentes da urbanização e académicos numa ampla discussão sobre este território. Uma discussão aberta e exploratória porque não determinada por nenhuma agenda, projecto ou calendário específico que levasse a que cada interveniente se acantonasse na defesa dos seus próprios interesses, ou que levasse a criar expectativas futuramente frustradas. Uma discussão que se

espera capaz de lançar sementes para novos modos de olhar estes espaços urbanos, e para uma mais franca e compreensiva relação entre actores, que possa vir a ser suporte para a exploração de novas práticas de governança e planeamento mais operativas e adequadas ao contexto actual.

Foi mais um passo. Não no sentido de avançar para uma qualquer conclusão, mas sim enquanto meio de assegurar que o caminho se continua a fazer, como modo de intensificar e simbolizar o necessário processo, que se exige contínuo e colectivo, da invenção desta realidade, da construção desta *casa comum*.

## Bibliografia

- APA – *Licença Ambiental n°8/2004*. Em linha [consult. Abril 2016]. Disponível em: <http://ladigital.apambiente.pt/>
- BÄCKLUND, Pia; MÄNTYSALO, Raine – Agonism and institutional ambiguity: Ideas on democracy and the role of participation in the development of planning theory and practice – the case of Finland. *Planning Theory*. Vol. 9(4) (2010) pp.333-350.
- BOERI, Stefano – *Fare di Più con Meno: Idee per riprogettare l'Italia*. Milano: Il Saggiatore, 2012.
- BOLLNOW, Otto Friedrich – *Hombre y espacio*. Barcelona: Editorial Labor, 1969 [ed. original 1963].
- BABO, António, Sá; Manuel Fernandes de – Planear na Região Norte: Homogenias e especificidades. *Sociedade e Território*. N°4 (1986) pp.10-17.
- CERTEAU, Michel de – *The practice of everyday life*. Berkeley / Los Angeles / London: University of California Press, 1988 [ed. original, 1980].
- CORBOZ, André – Il territorio come palinsesto. *Casabella*. N.° 516 (1985) pp.22-27 [ed. original, 1983].
- CORBOZ, André – La Suisse comme hyperville. *Le visiteur: Ville, Territoire, Architecture*. N° 6 (2000) pp.112-129 .
- DEMATTEIS, Giuseppe – Geography, poetics and architecture in the construction of places. In DE ROSSI, Antonio (ed.) – *Grande Scala: Architecture Politic Form*. Barcelona: LISt Lab, 2009, pp. 304-311.
- DOMINGUES, Álvaro – Economia e espaço rural. In *Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho, 1986, pp.39-65.

- DOMINGUES, Álvaro - Transgénicos. In Tavares, André; Oliveira, Ivo (eds.) - *Arquitectura em Lugares Comuns*. Porto: Dafne Editora, 2008, pp.27-33.
- DOMINGUES, Álvaro - Nem lugar nem não-lugar: O site da Arrábida, ensaio de análise hipertextual aplicado às neo-aglomerações urbanas. *EASI* (no prelo)
- DOMINGUES, Álvaro; MARQUES, Teresa Sá - Produção industrial, reprodução social e território: Materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 22 (1987) pp.125-142.
- DOMINGUES, Álvaro; TRAVASSO, Nuno - *Território: Casa Comum*. Porto: FAUP, 2015.
- FERREIRA, Elisa (coord.) - *Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave. Estudo Preparatório 1ª fase*. Porto: Centro de Documentação e Estudos Europeus, 1988.
- FORESTER, John - Editorial. *Planning Theory & Practice*. Vol. 9,3 (2008) pp.299-304.
- GAUSA, Manuel - *Open: Espacio, tiempo, información. Arquitectura, vivienda y ciudad contemporánea. Teoría e historia de un cambio*. Barcelona: Actar, 2010.
- GUIDA, Giuseppe - *Immaginare città: Metafore e immagini per la dispersione ineditiva*. Milano: Francoangeli, 2011.
- HEALEY, Patsy - Spatial Planning as a Mediator for Regional Governance: Conceptions of place in the formation of regional governance capacity. In Fürst, Dietrich; Knieling, Jörg (eds.) - *Regional Governance: New models of self-government in the European Community*. Hannover: Verlag der ARL, 2002, pp.13-25.
- KOLB, David - *Sprawling places*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2008.
- HILLIER, Jean - 'Agon'izing over consensus: why habermasian ideals cannot be 'real'. *Planning Theory*. Vol 2(1) (2003) pp.37-59.
- LEFEBVRE, Henri - *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LYNCH, Kevin - *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1990 [ed. original, 1960].
- LYNCH, Kevin - *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999 [ed. original, 1981].
- MAGALHÃES - *A Pluriactividade no Vale do Ave*. Porto: CCDR-N, 1984.
- MÄNTYSAALO, Raine; BALDUCCI, Alessandro; KANGASOJA, Jonna - Planning as agonistic communication in a trading zone: Re-examining Lindblom's partisan mutual adjustment. *Planning Theory*. Vol. 10(3) (2011) pp.257-272.
- MARQUES, Teresa Sá - *Caracterização da situação da habitação no concelho de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1985.
- MOUFFE, Chantal - *The Democratic Paradox*. London: Verso, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Manuel - *Sobre uma experiência de planeamento e gestão urbanística em território de assentamento disperso*. Porto: ESBAP, 1986.

- PETRIN, Julian – Stimulating the Second Space. Image Power Space: On legibility and stimulation of space. In Thierstein, Alain; Förster, Agnes – *The image of the region: Making Mega-city Regions visible*. Baden: Lars Müller Publishers, 2008, pp.154-167.
- PLØGER, John – Strife: urban planning and agonism. *Planning Theory*. Vol 3(1) (2004) pp.71-92.
- PORTAS, Nuno – Modelo territorial e intervenção no Médio Ave. *Sociedade e Território*. N.º 5 (1986) pp.8-13.
- SÁ, Manuel Fernandes de – *O Médio Ave*. Porto: ESBAP, 1986.
- SIEVERTS, Thomas – *Cities without cities: An interpretation of the Zwischenstadt*. London: Spon Press, 2003 [ed. original, 1997].
- Um Vale com Vida – *História do rio Pelhe*. Em linha [pub. 12 Fevereiro 2007]  
Disponível em: <http://valepelhe.blogspot.pt/>.
- UNGERS, Oswald Mathias – *Morphologie: city metaphors*. Köln: Verlag der Buchhandlung Walther König, 1982.